

A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DITADURA MILITAR.

JORDANA DE SOUZA SANTOSⁱ

Resumo: Durante os anos da ditadura militar os movimentos populares no Brasil sofreram intensa repressão. Dentre estes movimentos se destacou o Movimento Estudantil (ME) que liderou diversas manifestações e protestos. O ME foi alvo de disputas entre alguns partidos e organizações políticas nestes anos e suas ações refletiam a influência destes grupos. O objetivo deste artigo é analisar as ações do ME no período da ditadura militar correspondente a 1964-1979. Faz-se necessário também analisar a situação da esquerda na época, os ideais revolucionários e as formas de luta desenvolvidas pelos partidos e organizações políticas, principalmente as influências destes grupos no ME. .

Palavras-chave: Ditadura Militar. Movimento Estudantil. Foquismo. Maoísmo.

Abstract: During the years of military dictatorship, the popular movements in Brazil had suffered intense repression. Amongst these movements, one of them won an importance, but it was more than the others; this is the Students's Movement (ME) that it led diverse manifestations and protests. The ME was target of rivalry among some parties and politics organizations in these years and his actions reflected the influence of this groups. The goal of this article is to analyze the actions of ME in the period of the corresponding military dictatorship between the years 1964 and 1979. It is necessary also to analyze the situation of the left at the time of revolutionary, and the forms of fight developed by the parties and politics organizations, mainly the influences of these groups in ME.

Key words: Military Dictatorship. Students's Movement. Foquism. Maoísm.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o período da ditadura militar no Brasil abrangendo os anos correspondentes a 1964-1979. A escolha destes anos reflete a preocupação da autora em verificar a forma como a repressão atingiu os movimentos populares de combate à ditadura, aos partidos e organizações de esquerda que atuavam na época, assim como os ideais revolucionários que norteavam estes movimentos. Dentre estes movimentos populares dar-se-á enfoque ao Movimento Estudantil (ME) cuja expressividade foi notável na luta contra o regime militar. Para tanto, é premente uma introdução sobre o contexto em que se concretizou o golpe militar de 1964, bem como um breve histórico das principais organizações de esquerda da época para que possamos entender de que forma a Esquerda concebia o enfrentamento à ditadura militar.

No período assinalado verificamos que o ME foi responsável por muitas ações de protesto em oposição ao regime e que teve apoio de alguns partidos e organizações políticas. Dentre estes grupos políticos merecem destaque a Ação Popular (AP) e as dissidências comunistas como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Dissidência da Guanabara (DI-GB) e Dissidência de São Paulo (DI-SP).

O auge desses protestos e manifestações foi o ano de 1968 em que aconteceu a “Passeata dos Cem mil”, a “Batalha da Rua Maria Antonia” e o

XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Nestes episódios foi marcante a presença de líderes estudantis como Vladimir Palmeira (DI-GB), José Dirceu (DI-SP) e Luís Travassos (AP) que militavam nas organizações supracitadas. Assim, pode-se dizer que o ME assumia uma postura mais partidária devido à presença de organizações políticas em seu interior. Maria Ribeiro do Valle (1999, p. 114) relata que as palavras de ordem clamadas pelos estudantes nestas manifestações eram “Abaixo à ditadura!” ou “Abaixo a Guerra do Vietnã!” ou ainda “Só o povo armado derruba a ditadura!”ⁱ. Martins Filho (1987) e Sanfelice (1986) apontam para as resoluções e cartas-programa resultantes dos eventos e congressos realizados pela UNE onde aparecem ideais e posturas que revelavam a conciliação ideológica e teórica do ME junto às organizações e partidos políticos. A AP, DI-GB e DI-SP eram as que mais influenciavam as ações e concepções do ME nos anos 60, gerando divergências com relação às formas de luta, às reivindicações e ao papel dos estudantes no enfrentamento à ditadura militar e no processo revolucionário. Na visão de Martins Filho (1987), Dirceu e Palmeira (1998) e Maria Ribeiro do Valle (1999) entre outros, estas divergências foram responsáveis pelo fracasso do congresso de Ibiúna e pela desarticulação do ME nos anos subsequentes.

Após a promulgação do Ato institucional nº 5 (AI-5) em 1968 a repressão se intensificou àqueles que se opunham ao governo. Líderes

ⁱ A autora cita estas palavras de ordem a fim de demonstrar as divergências entre os grupos políticos que atuavam na UNE.

estudantis e partidários foram perseguidos, muitos foram presos e torturados e alguns até foram mortos como Carlos Marighella (líder da ALN), Mário Alves (líder do PCBR), Honestino Guimarães (presidente da UNE em 1971), Alexandre Vanucchi Leme (líder estudantil da USP) entre muitos outros. Para as organizações políticas restava apenas a clandestinidade e a prática de algumas ações armadas como saques a bancos e seqüestros de personalidades políticas a fim de financiar a luta e a preparação para a guerrilha almejada pelos que defendiam a luta armada.

Em 1969, ocorreu o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick organizado pela ALN e MR-8; este seqüestro foi uma das ações armadas que mais repercutiu no país por ter sido o primeiro seqüestro de muitos outros que estavam por se realizar. Em 1972, o PC do B deu início à Guerrilha do Araguaia que foi duramente reprimida. Ainda hoje são procurados os corpos dos guerrilheiros mortos pela repressão. Em ambos os episódios havia a participação de estudantes que deixaram a militância no ME para aderir à luta armada e à clandestinidade.

A década de 1970 apresenta-se como um período de revisão e de recuperação para o ME e para a esquerda brasileira. A tentativa de luta armada mostrou-se frágil, pois além da repressão nestes anos ter sido mais intensa, havia ainda um despreparo dos militantes para desenvolver tal forma de conflito. Despreparo devido ao caráter pequeno-burguês dos militantes e devido à transposição de modelos revolucionários sem uma análise prévia e profunda da situação brasileira. Nos anos 70, a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia estava em primeiro plano. E permaneceu assim até o começo dos anos 80.

O GOLPE MILITAR E A ESQUERDA BRASILEIRA

O golpe militar de 31 de março de 1964 foi instaurado no governo de João Goulart que havia assumido “legalmente” a presidência em 1963. Apesar do presidente anterior – Jânio Quadros – ter renunciado em 1961, Goulart enquanto vice-presidente foi impedido de ocupar o cargo, pois setores à direita do governo eram contra a sua posse. Jango, como ficou conhecido, era visto por estes setores como “comunista”, era considerado um herdeiro de Vargas. Por isso, após a renúncia de Quadros, instalou-se um regime parlamentarista de governo com a nomeação de Tancredo Neves para Primeiro Ministro. Porém, o parlamentarismo não conseguiu conter a crise econômica em que o país se encontrava tampouco conseguiu conciliar as divergências entre os militares e setores do governo quanto ao encaminhamento da política.

João Goulart assumiu a presidência do país num período de intensa crise econômica e política. Bandeira (1978) e Toledo (1983) enfatizam em suas análises a imagem que Goulart causava na direita. Jango era um reformista e nunca discursou sobre revolução social. Esta imagem de “subversivo” e “comunista” era devido ao seu programa de governo cujo principal projeto era as Reformas de Base. Tal projeto previa reformas em diversos setores como fiscal, bancário, na educação e no campo, sendo a Reforma Agrária seu “carro-chefe”. No entanto, apesar do apoio dos movimentos populares e de suas organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a UNE e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) etc, Goulart não governava apenas para os trabalhadores. Seu governo assumiu uma política de conciliação, atendendo ora aos setores à esquerda, ora àqueles à direita. Jango não podia assumir compromissos definitivos com estes tampouco com aqueles, pois necessitava do apoio de ambos para continuar governando.

O programa das Reformas de Base estava amparado no chamado Plano Trienal, elaborado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado. O Plano Trienal visava conter o aumento da inflação e propor negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Plano propunha como medidas de contenção à inflação o arrocho salarial, a limitação no crédito e nos preços. Estas medidas estavam de acordo com a política do FMI que pressionava cada vez mais o governo para que aderisse às suas exigências. O país necessitava dos empréstimos emitidos pelo FMI, mas Goulart não podia aceitar enquadrar seu governo nesta política, pois esta desfavorecia os interesses da classe trabalhadora. Uma maior compressão nos salários como exigia o FMI resultaria em diversas manifestações e protestos populares que prejudicariam o andamento do governo. O Plano Trienal, portanto, evidenciava o caráter dúbio do governo Goulart, pois ao mesmo tempo em que amparava o programa popular das Reformas também conciliava com o FMI.

Afora a crise econômica, herdada do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), Jango ainda enfrentava as acusações desferidas à sua imagem, conseqüências do clima de Guerra Fria reinante em todo mundo. Setores da Igreja Católica e à direita do governo criticavam as ações do presidente e alegavam que o comunismo também pairava sobre o Brasil. Segundos estes setores mais conservadores, o comunismo estava infiltrado no governo e nos movimentos populares, se propagando também nas universidades entre os estudantes.

Estas acusações se fortaleceram com a realização do comício do dia 13 de março de 1964

em que Goulart reafirmou suas posições políticas discursando sobre democracia, propondo a revisão da Constituição de 1946, reforçando a questão da Reforma Agrária e a urgência da desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas, etc.

[...] anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas. (BANDEIRA, 1978 p. 163).

O objetivo do comício era acelerar a aprovação do projeto das Reformas de Base, mas ao invés disto, acabou alarmando os ânimos dos que eram contrários a estas medidas, desencadeando diversas manifestações contra o governo. As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, lideradas por setores conservadores da Igreja e da classe média brasileira, reuniram cerca de 300 mil pessoas nas principais capitais do país em repúdio ao governo Goulart. Este movimento também saiu às ruas quando foi decretado o golpe, mas na condição de apoio aos militares.

Outro fato importante que contribuiu para o sucesso do golpe militar foi a rebelião dos marinheiros que haviam se reunido no dia 25 de março em comemoração ao aniversário de sua Associação. Esta reunião acabou se tornando uma rebelião, pois o Ministro da Guerra Silvio Motta havia expedido ordem de prisão aos organizadores. Os marinheiros reivindicavam desde o reconhecimento de sua Associação ao direito de se casarem e de vestir roupas civis fora do serviço.

Após a prisão dos rebeldes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, onde procuravam apoio dos operários, Goulart logo concedeu anistia aos rebelados, algo que desagradou à alta oficialidade da Marinha, aguçando a crise na área militar.

Sendo assim, estavam dadas as condições para a realização do golpe. No dia 31 de março levantes militares ocorreram em diversos estados e Jango não conseguiu reverter a situação, embora tivesse sido aconselhado por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, a juntar forças numa contra-ofensiva. Houve também uma tentativa de greve geral pelo CGT que fracassou.

Segundo Bandeira (1978, p.129), “Goulart acreditava que, com o apoio popular, neutralizaria qualquer tentativa de golpe de Estado”. Tinha a ilusão de que o CGT, que possuía grande força, fosse capaz de aglutinar o povo e resistir ao golpe. O mesmo se pensava das Ligas Camponesas e dos Grupos dos Onze, liderados por Brizola que compunham o núcleo resistente à dominação imperialista no sul do país.

A esquerda brasileira, representada pelo PCB, também não previu o golpe militar ou não supunha que este poderia se concretizar, senão momentaneamente. Pois o PCB acreditava na possibilidade de que a burguesia nacional constituiria aliança com o proletariado para formar uma frente nacional-democrática; o caráter duplo da burguesia (ora inclinava à direita ora tendia para esquerda) era apenas “faces de uma mesma moeda”, sendo que durante o processo revolucionário a burguesia tenderia ao lado do proletariado.

A posse de Jango trouxe tranquilidade para os comunistas, pois o caráter de seu governo era de origem nacionalista e considerado de esquerda. Assim, iniciava-se a revolução pela via pacífica (como o PCB dissera na Declaração de Março de 1958). Ao discursar sobre as Reformas no comício do dia 13 de março, Jango “atendia” às expectativas comunistas; acreditavam que o governo idealizado pelo PCB estava se estabelecendo.

O PCB e os próprios movimentos populares não conseguiram perceber que faltava coesão e organização. Estes movimentos diferiam entre si, cada qual com suas particularidades e reivindicações próprias. Esta falta de ligações entre esses movimentos revelou-se uma debilidade que prejudicou a reação ao golpe militar.

O PCB também enfrentou uma crise intensa em seu interior contra a linha política adotada pelo partido que havia sido apontada por algumas cisões como responsável, em certa medida, pelo fracasso diante do golpe. O PCB adotou a linha marxista seguida pela Internacional Comunista (IC) onde a revolução seria concebida em etapas: primeiro, uma etapa em que a burguesia nacional exerceria o papel comparável ao de protagonista ficando o proletariado como um instrumento de ajuda, de apoio; segundo, uma revolução dirigida pelo proletariado. A revolução seria alcançada através de uma “via pacífica” e teria um caráter “nacional-democrático-burguês”.

O XX Congresso do Partido da União Soviética (PCUS) ocorrido em 1956 foi decisivo para os partidos comunistas mundiais. O relatório de Nikita Kruchev veio a público em março de 1956 e abalou o comunismo mundial. A URSS e Stálin que eram louvados como vencedores da 2ª Guerra Mundial, agora desabavam por terra. O impacto sobre o partido brasileiro foi tão forte quanto o que se abateu sobre os outros PCs. Após o XX Congresso do PCUS, o PCB desenvolveu uma autocrítica e diversos debates sobre este acontecimento. Surgiram críticas ao dogmatismo que teria prejudicado a política do partido que repetia as fórmulas trazidas do exterior.

Muitas divergências surgiram no interior do Partidão com relação ao mandonismo, ao sectarismo e ao papel que o partido vinha

assumindo frente às massas e ao uso de fórmulas pré-concebidas. Estas novas propostas eram contrárias ao pensamento do Comitê Central que as concebiam como revisionistas, fracionistas. Estas divergências geraram várias cisões como o PC do B, a ALN, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), as Dissidências Estudantis (DIs). Estes grupos, juntamente com a Política Operária (POLOP), a AP, o MR-8, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre muitos outros, formavam a chamada Nova Esquerda que era seguidora dos ideais de luta armada propagados pela Revolução Cubana e pela Revolução Cultural Chinesa. As principais críticas da Nova Esquerda eram com relação à política de coexistência pacífica e à subordinação à linha seguida pela IC que colocava a burguesia como classe revolucionária. O foquismo e o maoísmo - vertentes do marxismo elaboradas por Che Guevara e Mao Tse Tung, respectivamente – pregavam a luta armada, a preparação da guerrilha e o papel fundamental do campesinato enquanto classe revolucionária. O proletariado deveria aliar-se ao campesinato. O maoísmo colocava a importância do “processo de integração na produção” onde os militantes seriam enviados às fábricas e ao campo para trabalharem junto com os operários e camponeses. A tarefa destes militantes seria “educá-los” para a revolução, conscientizá-los da necessidade da luta guerrilheira. O “processo de integração na produção” era importante porque ajudaria as organizações a alcançar o proletariado uma vez que a maioria dos seus militantes eram estudantes e intelectuais da pequena-burguesia.

O foquismo e o maoísmo constituíram-se como alternativas aos ideais pecebistas, propondo um novo caminho à revolução – o caminho armado. As organizações da Nova Esquerda agregaram grande contingente de militantes, especialmente estudantes que após 1968 e a extinção da UNE foram para a militância clandestina.

O movimento operário através do apoio do CGT e do PCB conseguiu forte mobilização em 1968 nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG). No entanto, estas greves foram derrotadas evidenciando a crise na esquerda e nos movimentos populares que eram norteados por ela. O ME nos anos 60 foi o que maiores manifestações realizou, adquirindo força contra a ditadura. Porém, também passou por um período de refluxo e reorganização logo após os protestos de 68.

O ME E AS AÇÕES DE COMBATE À DITADURA

O ME durante os “anos de chumbo” foi alvo da repressão e dos partidos e organizações

políticas de oposição. O PCB no início dos anos 60 tinha um considerável número de estudantes entre seus quadros. Quando do golpe militar de 1964 e da crise no comunismo mundial devido ao relatório de Nikita Krushev, o ME passou a se distanciar do PCB principalmente após o surgimento das cisões que deram origem a outras organizações.

Logo que se instaurou o golpe militar, a Universidade de Brasília (UNB) foi invadida. Muitos professores universitários – da Universidade de São Paulo (USP) também – foram exilados, tiveram sua aposentadoria forçada. A UNE foi posta na ilegalidade e o ME começou a ser perseguido pelos agentes da repressão como o DEOPS (Departamento da Ordem Política e Social), pois para a ditadura o ME estava sendo corrompido por agentes considerados subversivos.

No decorrer dos anos 60, a UNE realizou diversos eventos em que os principais pontos de discussão eram sobre universidade brasileira, a situação das classes populares e a realidade brasileira em geral. Na “Declaração da Bahia”, documento resultante do 1º Seminário da Reforma Universitária ocorrido em 1961, havia uma discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o engajamento dos estudantes na luta da classe operária, demonstrando a influência do marxismo-leninismo na UNE.

O texto, além disso, atesta a emergência da nova corrente radical no movimento estudantil, que define revolução como “a posição consciente de todo um povo, no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições, e entende que, em nossos dias, trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade. (SANFELICE, 1986 p.191).

Estas discussões presentes nos documentos da UNE demonstram a forte presença de organizações como a AP que conquistou por diversas vezes consecutivas a presidência da entidade. A AP, assim como as DIs, exerceu forte influência, principalmente político-ideológica, nos rumos seguidos pelo ME. Estas duas organizações divergiam sobre diversos pontos e estas divergências acabaram adentrando o universo estudantil.

A principal luta estudantil neste período foi a Reforma Universitária e o fim dos Acordos MEC-USAID e da Lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda) que colocavam fim à autonomia universitária com o propósito de transformar a universidade em meras fundações particulares, além de extinguir os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e a própria UNE, substituindo-os pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Os

Acordos MEC-USAID objetivavam enquadrar o ensino superior brasileiro nos moldes norte-americanos. A educação orientada conforme os Acordos visava instituir uma visão tecnicista e liberal da educação onde esta seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores. A educação enquanto emancipação e para a compreensão da história humana não teria espaço na política destes Acordos, pois a escola e a universidade teriam como tarefa a formação de quadros para a indústria.

A luta estudantil contra a ditadura militar se intensificou em 1966, ano em que foi decretado pela UNE em 22 de setembro o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Os estudantes saíram em passeata pelas ruas em vários estados brasileiros sendo violentamente reprimidos. Este episódio ficou conhecido como “Setembrada” e resultou no “Massacre da Praia Vermelha” em que os estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina do Rio sendo agredidos, havendo muitas prisões. Foi também nestes anos que a discordância entre a AP e as Dissidências ganhou maiores proporções. Segundo José Dirceu (1998, p. 64), a AP queria transformar o ME em partido político, enfatizava a importância da luta de massas, mas esquecia da luta referente às melhoras na universidade. As Dissidências pretendiam aliar as reivindicações estudantis às causas populares sem desprezar uma em prol da outra, determinação que para os seus militantes a AP não cumpria. Estas divergências entre a AP e as Dissidências causaram a divisão em duas posições no ME: uma favorável a luta geral, liderada pela AP, e outra ligada à luta específica, liderada pelas DIs. Podemos dizer que esta divisão propiciou um clima de disputa entre as organizações, além de dificultar a coesão do ME num todo que repercutiu diretamente na organização do Congresso de Ibiúna.

Em 1968, o Brasil passou por uma onda de protestos contra a ditadura que teve influências de toda a conjuntura histórico-cultural que pairava sobre o mundo como o “maio francês”, a chamada contracultura, os protestos nos EUA contra a Guerra do Vietnã e a favor do movimento negro, os protestos no Terceiro Mundo contra o imperialismo dos países desenvolvidos etc.

Para o ME, 1968 começou com a morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Este episódio surtiu inúmeras manifestações estudantis e populares. No segundo semestre, ocorreu a “Passeata dos Cem Mil” também no Rio em protesto contra ditadura, agregando estudantes, artistas, intelectuais e a população em geral. Ocorreu também “Batalha da Rua Maria Antonia”, um confronto entre estudantes do Mackenzie e da

Faculdade de Filosofia da USPⁱⁱ. Ainda neste ano ocorreu o XXX Congresso da UNE em Ibiúna que acabou com a prisão de cerca de 800 pessoas entre eles os principais líderes estudantis Luís Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu. Como dito anteriormente, este Congresso marcou as disputas entre a AP e as DIs, pois o evento sofreu por falta de organização onde seus líderes estavam mais preocupados com a disputa eleitoral do que com a preservação do evento em si.

O XXX Congresso da UNE concretizou-se em 1969 com Jean Marc Van Weid eleito para presidente da UNE. No entanto, a UNE perdera muito da sua força política e os estudantes se desvinculavam do ME para militar nas organizações armadas clandestinas. Muitas dessas organizações que antes apoiavam o ME deixaram-no de lado após 1968 e concentraram-se nas camadas populares, na preparação da guerrilha. A própria AP, que era predominante na UNE, deixou o ME para se incorporar ao PC do B e pôr em prática suas ações voltadas para o movimento de massas, para a proletarianização de seus membros etc. A ALN já havia aglutinado os militantes da DI-SP, e a DI-GB assumiria o nome Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Muitas ações armadas foram realizadas no período que se estende de 1969-1973, inclusive com a participação de estudantes. A mais importante destas ações foi o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick pela ALN e MR-8. O objetivo era negociar a soltura de alguns presos políticos, entre eles os líderes estudantis presos em Ibiúna, e mandá-los em segurança para o exílio. Esta, dentre outras operações, foi vitoriosa, diferentemente da Guerrilha do Araguaia iniciada em 1972 no interior do estado do Pará pelo PC do B. A Guerrilha foi implantada de acordo com as táticas guerrilheiras propostas pelo maoísmo chinês e mobilizou os militantes do PC do B e os camponeses da região. Justamente por ter mobilizado a população local, iniciando um processo de educação política, e por ter resistido às investidas do Exército (foram enviadas à região três campanhas do Exército, sendo que as duas primeiras foram derrotadas), é que a guerrilha foi duramente reprimida e pouco noticiada pela imprensa na épocaⁱⁱⁱ. Esta empreitada mobilizou desde quadros do movimento operário aos próprios

ⁱⁱ Este episódio foi um dos primeiros em que os estudantes usaram de armas para combater a repressão. A ALN combateu ao lado dos estudantes da USP enquanto que os do Mackenzie recebiam apoio do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

ⁱⁱⁱ Até hoje permanece obscuro o que realmente aconteceu naquela região. Muitos corpos ainda estão desaparecidos e há uma constante luta das famílias dos desaparecidos para a abertura dos arquivos do período.

estudantes que largavam a faculdade pela luta guerrilheira.

O início dos anos 70 para o ME foi uma fase de reorganização, assim como para toda esquerda brasileira. As organizações da Esquerda Revolucionária passaram por um período de revisão em que colocavam questões sobre como encaminhar a luta armada e como analisar corretamente a realidade brasileira a fim de que a revolução se concretizasse. Havia também uma grande preocupação com os sectarismos existentes entre essas organizações, algo que estava facilitando a atuação da repressão. A discussão sobre essas discordâncias ocupou o pouco tempo que restava para essas organizações cuja maioria foi extinta no começo da década de 70.

A primeira metade da década de 70 foi governada pelo General Emílio Garrastazu Médici. Neste governo foram criados a Operação Bandeirantes (OBAN) e os DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações – Centros de Operações de Defesa Interna) que matizaram o recrudescimento da repressão contra os movimentos sociais, contra as organizações e partidos de esquerda etc. Durante o Governo Médici houve maior número de prisões, mortes e tortura, por isso, a esquerda entrou num período de revisão e o ME silenciou. Os principais líderes, tanto da esquerda quanto do ME, estavam sendo perseguidos e mortos. Empreender uma ação armada ou uma manifestação pública tornara-se arriscado e quase impossível de se realizar.

Neste quadro de intensa repressão, de enfraquecimento do ME e falência das organizações revolucionárias, os estudantes tentaram se reorganizar em torno das entidades representativas como os Centros e Diretórios Acadêmicos. Foram mantidas as lutas pelas mudanças no âmbito educacional, mas sem as manifestações de rua; eram poucos os que se aventuravam em empreitadas diretas com a polícia, ficando a luta contra a ditadura restrita ao debate e à publicação de panfletos informativos e de oposição ao regime.

Os estudantes que não passaram para a militância clandestina permanecendo no ME agiam dentro da universidade através de manifestações culturais, de eventos programados pelo Diretório Central de Estudantes (DCE), pois não havia como sair às ruas devido à intensificação da repressão. A principal reivindicação dos estudantes era a reconstrução dos DCEs. A luta armada havia falhado e o caminho para a revolução estava sendo rediscutido. De certo modo, a revolução havia ficado em segundo plano para os estudantes, pois o importante naquele momento era primeiramente reconstruir o ME e as entidades como UNE e as UEEs (União Estadual de Estudantes).

Na verdade, a dinâmica da vida acadêmica ainda se encontra dotada de uma vitalidade cultural e política surpreendente, mesmo com todo o peso da administração autoritária, e esta qualidade torna possível o desenvolvimento neste espaço de muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas, cine-clubes, corais, grupos de estudos – que muitas vezes “passam ao largo” dos diretórios na busca de se criar novas possibilidades de estudo, troca de referências e realizações artísticas. A reestruturação do movimento estudantil nos anos 70, neste sentido, se acha marcada por este caráter mais variado de propósitos cujo perfil se caracteriza pela construção de mecanismos não burocráticos e não autoritários de participação e gestão coletiva. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 61).

Refletindo a ação dos estudantes com relação às questões da educação e das entidades estão os Encontros de Área que eram eventos de abrangência nacional. Nestes encontros eram debatidos temas como a reforma universitária e o caráter tecnicista do ensino, ajudando a criar um debate dentro da universidade. Os Encontros de Área, devido à sua repercussão, também foram atingidos pela repressão. No entanto, estes encontros cumpriram o seu papel de reaproximar os estudantes a fim de tornar o movimento coeso para a reorganização das ações de protesto estudantis. Os Encontros de Área deram origem aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs).

Em sentido complementar, o agravamento das condições de funcionamento acadêmico (em especial nas universidades públicas) e a intensificação dos mecanismos de repressão aos diretórios e atividades culturais impulsiona uma maior radicalização entre as posturas organizadas que passam a defender um “enfrentamento” mais radical da administração. Este é o momento de criação de entidades “desconectadas” dos órgãos acadêmicos – a começar pelo “DCE livre” da USP; do fortalecimento das organizações de esquerda na forma de “tendências políticas”, e ainda, da eclosão de greves, ocupações e denúncias que procuram escapar ao controle acadêmico para atingir o espaço público – por meio de passeatas, manifestações, “dias nacionais de luta e protesto”. Estas movimentações e procedimentos promovem então uma outra base de articulação que elege um novo tipo de encontro nacional: o Encontro Nacional de Estudantes, composto de DAs e DCEs das diferentes universidades e faculdades. Os ENEs, como são chamados, surgem em 1976 quando os projetos organizados presentes no movimento procuram restabelecer vínculos mais abrangentes entre as lutas estudantis e as movimentações sociais pela democratização do país. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 89-90).

Embora o presidente Ernesto Geisel, que assumiu o cargo em 1974, tenha dado início ao processo de abertura política e ao fim da repressão, setores “linha dura” do governo que discordavam dessa política continuaram a reprimir os movimentos sociais iniciando uma crise no regime militar. A prisão e morte do jornalista Vladimir

Herzog em 1975, do operário Manuel Fiel Filho em 1976 e a invasão da PUC em 1977 onde estava sendo realizado o III ENE foram ações praticadas por estes setores.

O ME voltou ao cenário político por volta de 1975 com a greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA)/USP, a greve da UFBA, a greve das Humanas na Unicamp. Neste ano, também voltaram a ter forte influência no ME as chamadas tendências políticas que eram representantes dos partidos e organizações políticas que ainda continuavam clandestinos. As que mais se destacaram foi Liberdade e Luta (trotskista), Refazendo (AP) e Caminhando (PC do B). As tendências deram um novo tom à luta estudantil, ajudaram a recuperar o ME. A principal bandeira levantada pelas tendências era a luta por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita. A luta estudantil dos anos finais da década de 70 pautou-se nestas reivindicações e na reconstrução da UNE.

Não foi somente o ME que estava se mobilizando de novo. A segunda metade da década foi marcada pelo surgimento de inúmeros movimentos como Movimento do Custo de Vida, Movimentos Feministas, Movimentos das Mães de mortos e desaparecidos políticos etc. Houve também ampla mobilização da OAB, da ABI, da CNBB na luta pela anistia, pelo fim do regime e a favor dos direitos humanos. Estes setores também foram amplamente reprimidos pela ditadura.

Em 1979, aconteceu em Salvador o congresso de refundação da UNE. Esta foi a maior conquista do ME. O final da década de 1970 foi intenso à medida que o movimento operário retornou com força enquanto que a ditadura militar estava cada vez mais declinando. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no início dos anos 80 foi um marco para os movimentos populares que lutavam contra o regime militar.

O final da década de 70 marca também a volta do movimento operário com as greves operárias do ABC paulista, com destaque para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva. As greves operárias não ficaram restritas aos metalúrgicos, abrangendo também o setor de serviços como bancários, professores, funcionários públicos etc.

O ME em fins de 1979 já entrava num período de refluxo novamente. Podemos dizer que, assim como nos anos anteriores, este refluxo do ME deveu-se às disputas e divergências entre as tendências políticas, dividindo novamente o movimento não somente entre os militantes das tendências, mas também entre aqueles que não eram militantes. Outro fator de “esvaziamento” do ME pode ser atribuído à emergência do movimento operário em 1978 que fez com que os próprios

estudantes que militavam no ME percebessem que era preciso estabelecer vínculos com algo maior, algo que ia além da militância estudantil. Era preciso extravasar o ME porque a luta não se fechava nele mesmo. Além do que o agente revolucionário era o proletariado, sendo tarefa dos estudantes apoiarem esta classe em sua luta.

Nestas breves linhas vimos que os estudantes se constituíram numa força de grande combate contra a ditadura militar e sua contribuição nesse processo foi relevante. Nesse sentido, a repressão perseguiu os líderes estudantis para conter o avanço do ME. No ano passado comemoramos os 40 anos dos protestos de 1968. Lembrar destes protestos é importante para tirarmos lições, para revermos o que foi feito e assim, podermos aplicar em nossa atual realidade. Pois, se hoje vivemos em condição de liberdade democrática é justamente devido àqueles que se empenharam nessa luta.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CAVALARI, R. M. F.: *Os limites do Movimento Estudantil (1964/80)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas-SP, 1987.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Entrevistas, edição e cartuns: Solange Bastos, Paulo Becker, Ari Roitman e Henfil. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.

FERREIRA, J; NEVES DELGADO, L. de A. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 3.

_____. *Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Vol. 4.

HABERT, N. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. – São Paulo: 3ª Ed.: Editora Ática, 1996.

HAYASHI, M.C.P.I.: *Política e Universidade: a consciência estudantil – 1964/1979*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos-SP, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-68*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

_____. *O Movimento Estudantil na conjuntura do golpe*. In. TOLEDO, C N de (org.). *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. –

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, Cap. VI, p. 75-82.

_____. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: MARTINS FILHO (org) *1968 faz 30 anos*. Editora da UFSCar. São Carlos-SP. 1998, Cap I., p.11-27.

MOURA, M. F. de. *A Questão Democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*. Marília, 2005. 191f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2005.

PELLICCIOTTA, M. M. B.: *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas-SP, 1997.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANFELICE, J L. *Movimento Estudantil: a UNE e a resistência ao golpe de 64*. SP: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTOS, J. de Souza. *Unidade e diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. Marília, 2006. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 64*; 2º ed, SP Brasiliense, 1983.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência; Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil* – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

ⁱ Jordana de Souza Santos. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais na Unesp Campus de Marília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Unesp Campus de Marília. Bolsista Fapesp. Projeto de Pesquisa: O Movimento Estudantil nos anos 70: ações e concepções. jordana@marilia.unesp.br